

.....

Este artigo analisa a formação do professor de matemática no contexto da implantação da Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT), no período de 1962 a 1979. Inicialmente, discute-se a estruturação das licenciaturas no curso da implantação da universidade. Na seqüência, é analisada a organização dos cursos de matemática no centro deste processo. De um lado, a análise das diretrizes norteadoras da formação, no período, privilegia, a orientação jurídica: a legislação nacional, o currículo etc. e, de outro lado, no plano institucional, a orientação tecno-científica da formação. Foi constatado um alinhamento institucional, às vezes de modo acrítico, à orientação legal. Disso resultou uma formação aligeirada, fragmentada e demasiadamente generalista do professor de matemática.

Palavras-chave: Ditadura militar. Tecnicismo.
Formação do professor. Licenciatura curta.

This article analyzes teacher training in Mathematics within the context of the implantation of the Mato Grosso State University during the period 1962-1979. Initially, the structuring of the licentiate courses within the process of the creation of the university was discussed. Then, focus of attention was given to the organization of the courses in mathematics within this process. On the one hand, the analysis of the directives guiding formation during this period privileged juridical orientation: national legislation, curriculum, etc. and, on the other hand, on the institutional level, technical-scientific orientation of its formation. It was found that an institutional alignment exists, sometimes uncritically, with legal orientation. This results in a lighter, fragmented and excessively general formation of the professor in mathematics.

*Keywords: Military dictatorship. Technicism.
Teacher training. Short licentiate courses.*

A Formação do Professor de Matemática nos Cursos de Licenciatura da UEMT: 1962-1979

Renato Gomes
Nogueira

Professor da Universidade
Federal da Grande
Dourados (UFGD).
nogueirarg@uol.com.br

Introdução

Este artigo discute a formação do professor de matemática no sul do Estado de Mato Grosso nas décadas de 60 e 70, do século XX. A análise é estabelecida a partir da avaliação do desenvolvimento da educação superior no Estado, com a implantação dos centros de ensino superior isolados, especialmente, do processo de implantação da Universidade Estadual de Mato Grosso.

No decorrer da análise busca-se evidenciar os elementos legais que orientaram a estruturação destes cursos, a estruturação curricular dos mesmos, bem como os objetivos proclamados para a formação dos professores.

Do ponto de vista metodológico é oportuno observar dois momentos importantes da estruturação das licenciaturas. O primeiro período, iniciado com a criação dos Centros de Ensino Superior Isolados até a criação da Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT). O segundo período, após a federalização da UEMT, com a conseqüente implantação da UFMS.

O primeiro período, todo ele, foi fortemente marcado pelo processo de implantação da Universidade Estadual de Mato Grosso, no contexto histórico da ditadura militar. Período fortemente marcado por reformas do ensino superior e por uma legislação que visava formar professores de forma “apressada”, “aligeirada” e em grande quantidade.

O segundo período foi iniciado com a federalização da UEMT e a implantação da UFMS, acontecimento marcado pela divisão do Estado de Mato Grosso no ano de 1979, com a conseqüente criação do Estado de Mato Grosso do Sul. A formação do professor de matemática, na UFMS, passa a ser influenciada pela reforma da legislação do ensino superior e, particularmente, da for-

A implantação da UEMT teve origem na Faculdade de Farmácia e Odontologia de Campo Grande, criada pelo governo do Estado de Mato Grosso no ano de 1962.

mação de professor ocorrida nas décadas de 80 e 90 do século XX. Na década de 80 verifica-se, de um lado, a expansão das licenciaturas plenas e, de outro, a diminuição das licenciaturas curtas. Já na década de 90 há uma predominância na abertura de cursos de bacharelado, paralelamente às licenciaturas. Verifica-se, ainda, nesta década, forte orientação das agências internacionais na formação do professor.

Neste artigo analisamos apenas o primeiro período. É nosso interesse estabelecer novo estudo, referente à formação do professor de matemática, sobre o segundo período.

A Implantação da UEMT

A implantação da UEMT teve origem na Faculdade de Farmácia e Odontologia de Campo Grande, criada pelo governo do Estado de Mato Grosso no ano de 1962. Este processo de implantação foi, inicialmente, influenciado pelo movimento de expansão do ensino superior dos anos 60, ocorrido no Brasil. Num segundo momento, aquele da organização propriamente dita do ensino superior em Mato Grosso, pode-se identificar as diretrizes da reforma universitária, conduzida pelos governos autoritários, na estruturação da UEMT.

Luiz Antonio Cunha (1988), avaliando a estratégia adotada pelo regime militar, após 1964, com vistas à consolidação legal da

reforma universitária, em 1968, constatou que, inicialmente, fora estabelecido um forte esquema de “depuração” política nas instituições de ensino superior. Tal processo foi realizado com a demissão de professores, reitores e dirigentes universitários, com a perseguição política e policial de professores, alunos e funcionários, entre outros. Em outra vertente, o processo de reforma

buscou difundir a idéia de que o ensino superior deveria seguir uma linha mais profissionalizante. Deste modo, paralelamente ao “enquadramento” dos estudantes, buscou-se desenvolver

projetos que visavam envolvê-los em ações assistencialistas de tipo extensionista, como o projeto Rondon.

Outra questão, não menos importante, refere-se à idéia de um desenvolvimento técnico-científico, como pré-condição para a “modernização” industrial do país. Isso demandava, no entendimento dos dirigentes, a formação de mão de obra especializada, de nível superior, para cumprir tal tarefa.

O golpe de 64 teve como meta quebrar as resistências antiimperialistas (sic) que se opunham ao avanço do capital internacional. O regime pós-64 ‘serviu aos interesses da monopolização do capital (consolidando a instalação do capitalismo monopolista de Estado entre nós)’. Modernizou definitivamente o País, de forma elitista e excludente, desenvolvendo, porém, as ‘bases objetivas sobre as quais se assenta a possibilidade de construir uma sociedade civil efetivamente autônoma’. A política educacional do Estado, a partir de 64, procurou adequar o sistema de ensino à preparação de quadros e às exigências do desenvolvimento nacional em todos os setores (Sarmiento, 1991, p.130).

Os idealizadores da implantação do ensino superior público no sul do então estado de Mato Grosso, valeram-se, ao que tudo indica, das diretrizes para a organização do ensino superior estabelecidas pelo regime militar e, também, da idéia de interiorização do ensino superior. Não se pode deixar de considerar, ainda, a influência da ditadura militar e a discussão sobre a necessidade de se manter nas pequenas

idades do interior os “filhos da terra”, que, uma vez deslocando-se para estudar nos grandes centros, a elas não mais retornavam.

Seguindo esta tendência, a partir de 1962, no sul do então Estado de Mato Grosso, iniciou-se a abertura de vários institutos públicos isolados de Ensino Superior. No ano de 1962 foi criada a faculdade de Farmácia e Odontologia de Mato Grosso, em Campo Grande; o Instituto Superior de Pedagogia de Corumbá, em 1967, na cidade de Corumbá; e o Instituto Superior de Ciências Humanas e Letras, em 1967, na Cidade de Três Lagoas.

A Faculdade de Farmácia e Odontologia de Mato Grosso

Num livro de memórias sobre a criação da Faculdade de Farmácia e de Odontologia, Hércules Maymone (1989) afirma que as principais razões para a criação da faculdade foram: primeira, alto custo, despendido pelas famílias, na manutenção de estudantes em outras cidades durante o período de realização de um curso superior; segunda, a enorme distância das cidades de Mato Grosso dos centros que ofereciam cursos superiores; terceira, a falta de cursos superiores no Estado – argumenta que em “todos os Estados da Federação, atualmente, quando não dispõe (sic) de uma Universidade, pelo menos as cinco faculdades de mais procura pela mocidade, estão em funcionamento, como sejam: MEDICINA, DIREITO, FARMÁCIA, ODONTOLOGIA E ENGENHARIA: Mato Grosso segue os passos dos Territórios, únicos no Brasil que até hoje não possuem faculdades” (p. 26); quarta, os jovens saíam dos pequenos municípios de Mato Grosso para estudar fora e a eles não mais retornavam.

No ano de 1966 foi criado o Instituto de Ciências Biológicas em Campo Grande, incorporando, deste modo, a Faculdade de Farmácia e Odontologia. Neste instituto fora implantado, no ano de 1968, o curso de medicina.

Instituto Superior de Pedagogia de Corumbá

A exemplo do acontecido na cidade de Campo Grande, no ano de 1967 foi criado o Instituto Superior de Pedagogia de Corumbá. Apesar de, nas reivindicações iniciais, por parte de grupos da comunidade local, constar a implantação de um curso de engenharia (Maymone, 1989, p. 218), diferentemente de Campo Grande, ali foram implantados os primeiros cursos de licenciatura no ensino público do sul do estado de Mato Grosso. Deste modo, foram implantados os cursos de Licenciatura Plena (Alves, 1975a) em História, Letras e Psicologia.

Instituto Superior de Ciências Humanas e Letras

No ano de 1968 foi criado o Instituto Superior de Ciências Humanas e Letras a ser implantado na cidade de Três Lagoas. No ano de 1970, finalmente inicia-se o funcionamento do instituto com a implantação dos cursos de licenciatura plena em Pedagogia, Letras, História, Geografia e Matemática.

Através da aglutinação destes institutos, foi possível, através da lei nº 2947 de 16 de setembro de 1969, criar a Universidade Estadual de Mato Grosso. De modo que, pelo decreto nº 1072 de 21 de janeiro de 1970, o governador do Estado autorizou o funcionamento da mesma. Este decreto determinou em seu artigo terceiro: “Integrarão, inicialmente, a Universidade Estadual de Mato Grosso, as unidades de ensino e pesquisa das cidades de Campo Grande, Corumbá, Três Lagoas e Dourados, criados ou reestruturados pela lei nº 2972, de 2

Os idealizadores da implantação do ensino superior público no sul do então estado de Mato Grosso, valeram-se, ao que tudo indica, das diretrizes estabelecidas pelo regime militar.

de janeiro de 1970 (Maymone, 1989, p.255).

Neste processo de criação da UEMT, dentre tantas questões, duas devem ser res-

saltadas: o processo de unificação de Centros Universitários controlados por grupos políticos que exerciam seu poder na localidade de forma autoritária; e a tendência de criar-se os cursos de bacharelado em Campo Grande e as licenciaturas nas cidades menores e com menor capacidade de influenciar nas decisões políticas. Encontra-se apenas três cursos, implantados na universidade, que fugiram a esta regra: os cursos de Administração e de Ciências Contábeis implantados no centro Pedagógico de Corumbá, no ano de 1974 e o curso de Educação Física implantado em Campo Grande, no ano de 1970.

Interesses Conflituosos e Licenciaturas

No ano de 1975, Gilberto Luiz Alves, analisando as distorções que dificultavam a unificação de processos administrativos na universidade, visando melhor estruturar as ações da mesma para o oferecimento do ensino de graduação, afirmava:

Em grande parte estas distorções hoje são atribuídas à ausência de ação efetiva dos órgãos centrais de ensino e pesquisa, assim como da descentralização do controle acadêmico. Parece-nos, entretanto, que as causas são elas próprias, conseqüências de regionalismos ainda atuantes dentro da UEMT, capazes de alimentar todos os óbices à implantação de uma sistemática de planejamento, coordenação e controle centrais. (Alves, 1975b, p.51).

Segundo análise de Alves, em 1975, "a UEMT está organizada à forma de feudos, o que normalmente permite que os interesses regionais, ou pessoais, se sobreponham aos da universidade".

Este autor observava, ainda, citando fala de dirigentes da instituição que "a UEMT está organizada à forma de feudos, o que normalmente permite que os interesses regionais, ou pessoais, se sobreponham aos da universidade" (*Ibid, Idem*).

Do ponto de vista interno, a composição do poder político se dava a partir de arranjos estabelecidos visando assegurar os interesses desses grupos regionais. Entretanto, a criação de cursos, em certos momentos, acabava gerando conflitos entre os mesmos. Vale destacar, aqui, aquele ocorrido na criação dos cursos de Administração e de Ciências Contábeis, em Corumbá. Ambos foram criados à revelia do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade. A este respeito José Carlos Abrão afirma:

Como se sabe, os cursos citados foram criados à revelia do COEPE. Para tanto, prevaleceram as injunções políticas (...) Apenas um detalhe: naquela época, a UEMT vivia sobre forte controle de verbas. Para que o chanceler (o próprio governador do Estado) desse autorização, foi preciso que os agentes políticos envolvidos demonstrassem que os cursos não exigiam a contratação imediata de novos professores e nenhum outro custo adicional. (...) a idéia de que os centros só conseguiriam novos cursos por outras vias, que não as estatutárias regimentais, ou seja, sem restrita dependência dos Conselhos centrais. Ia ficando claro, pelo menos para mim, que a lógica da racionalidade burocrática poderia ser facilmente alterada desde que existissem outros imperativos e desde que a organização burocrática fosse tão frágil a ponto de ficar exposta a injunções extemporâneas (Abrão, s/d, p.30).

Assim, é neste quadro institucional que se iniciou a estruturação da licenciatura na UEMT. Soma-se a isto que estes grupos, do ponto de vista político, pouco trabalharam no sentido de defender a autonomia da instituição. Disso resultava um alinhamento institucional¹ sistemático à orientação político-jurídica dos governos da época. Deste modo, en-

contram-se duas orientações distintas na estruturação das licenciaturas: as licenciaturas plenas, abertas antes da aprovação da LDB de 1971, nos Institutos Superiores de Corumbá e de Três Lagoas; e os cursos de licenciatura curta nos centros pedagó-

gicos.

¹ Estou me referindo a uma posição institucional. A participação de alunos, professores e técnicos nas lutas contra a ditadura (mesmo ainda não muito bem estudada) é de conhecimento de todos.

gicos de Dourados² e de Aquidauana, quando iniciaram suas atividades.

As denominações licenciaturas plena e curta estão sendo tomadas com referência no disposto na lei 5692/71, muito embora vários dos cursos implantados nos centros de Corumbá e de Três Lagoas eram especificados apenas por “licenciatura”, deixando entender que se tratava de habilitação para atuar no ensino de 1º e 2º graus. Estes cursos foram organizados tomando-se por base

a legislação do ensino aprovada antes de 1969, nomeadamente, o parecer do CFE (Conselho Federal de educação) nº 252/69, Parecer do CFE nº 283/62, Resolução nº 9 do CFE de 10/10/69 e Parecer nº 81/65 do CFE. Esta legislação possibilitava, ainda, a organização de cursos que ofereciam habilitação específica para atuação no ensino de primeiro grau, caso da habilitação em ciências.

A importância social dos cursos de ensino superior, implantados em várias cidades, era, geralmente, justificada pela sua relevante tarefa na formação de professores para atuarem no ensino de 1º e 2º graus e, conseqüentemente, da necessidade de criar condições para o desenvolvimento e modernização do Estado. Isto se justificava dada a existência de um elevado índice de professores leigos ou com formação precária no Estado de Mato Grosso.

A partir da aprovação da Lei 5692/71, ganha força no Estado o discurso sobre a necessidade urgente em se desenvolver esforços no sentido de aumentar, em curto espaço de tempo, a quantidade de professores formados. Deste modo, a partir do ano de 1973, a recém criada instituição passa a se envolver na organização de uma série de cursos de licenciaturas parceladas em diversas cidades do Estado de Mato Grosso.

Influências da lei 5692/71

Uma questão muito importante refere-se a um certo isolamento da instituição no debate sobre a formação de professores que ocorria no nível nacional, naquele período. Talvez isto seja até mesmo compreensível, dadas as condições materiais de uma uni-

Uma questão muito importante refere-se a um certo isolamento da instituição no debate sobre a formação de professores que ocorria no nível nacional, naquele período.

versidade em formação. Entretanto, não se pode deixar de observar que, na maior parte das Universidades, sobretudo nas maiores, o modelo de formação de professores estabelecido pela LDB/71 foi duramente criticado. Na UEMT, tal modelo foi implantado, em certas circunstâncias e em certos institutos, às vezes, de modo até mesmo acrítico. São abundantes as manifestações neste sentido. Vejamos, dois deles:

Bem liderada e disposta em relação aos problemas do interior brasileiro, a UEMT lançou mãos à obra na tarefa de formar profissionais em nível superior, estendendo suas preocupações ao aproveitamento de mão-de-obra universitária em vários projetos pelo interior do Estado, em ministério de cursos em regime especial e, sobretudo na formação de professores qualificados para o ensino de 1º e 2º graus, esta a grande tarefa atribuída aos Centros Pedagógicos (Falleiros & Mariani, 1976, p.10). Ou ainda, [...] vê-se que a estrutura [da UEMT] é entendida como um processo dinâmico que acompanha a evolução da realidade brasileira, procurando sempre amparar-se nas normas legais, acompanhar o que há de mais moderno e mais necessário no momento e mais indicado para o futuro (Baruki, 1972, p.10).

Este alinhamento pode ser observado, com maiores detalhes, no contexto da análise das mudanças nas estruturas curriculares dos cursos de licenciatura em funcionamento na época. Abaixo, pode-se perceber o sentido da reforma curricular, segundo as diretrizes da LDB, nos Cen-

² O Centro Pedagógico de Dourados iniciou seu funcionamento no ano de 1971, com os cursos de Letras e Estudos Sociais. Ambos, com habilitação em licenciatura de primeiro grau, as chamadas licenciaturas curtas. PAULA, Milton José de. Universidade Estadual de Mato Grosso Centro Pedagógico de Dourados. *Revista Textos*: 1(1), 1975.

tros Pedagógicos de Corumbá e de Três Lagoas.

No Centro Pedagógico de Corumbá, em setembro de 1974, o professor Salomão Baruki, na posição de diretor, instituiu um grupo de trabalho para “propor novos cursos, caso o exija o processo de adaptação de nossas licenciaturas à reforma de Ensino de 1º e 2º graus” (1972, p.9). Relatan-

..sobre a formação do professor de matemática havia um quadro muito confuso na instituição.

do o resultado do trabalho do grupo, Gilberto Luiz Alves assim se manifestou:

Nós que mantínhamos, anteriormente, licenciaturas plenas de Pedagogia, Letras e História, assim como a de licenciatura de 1º Grau de Ciências, passaremos a manter, basicamente, licenciaturas de 1º grau de Pedagogia, Letras, Estudos Sociais e Ciências, todas entendidas como passagens obrigatórias para aqueles que pretendam obter graduação a nível de licenciatura plena. Continuaremos, também, oferecendo habilitações a este nível, mas necessário se faz firmar com clareza a suficiências (sic) das licenciaturas de 1º grau para efeito de formação de professores e especialistas, esmo (sic.) porque são elas, especificamente, que habilitam professores que atuarão por áreas de estudos no Ensino de 1º Grau, assim como, por meio do curso de Pedagogia, especialistas para este mesmo nível de ensino - Administradores escolares e Supervisores de Ensino no nosso Caso (Alves, 1975a, p. 18).

No centro universitário de Três Lagoas, somente a partir do ano de 1977 iniciou-se o processo de abertura de licenciaturas de 1º grau. Deste modo, o primeiro curso a sofrer tais influências foi o de Matemática com a abertura, no ano de 1977, da habilitação em Ciências.

Os demais centros - de Dourados e Aquidauana - já iniciaram suas atividades com cursos de licenciatura organizados neste modelo de currículo: o das licenciaturas de 1º grau, como já foi mencionado anteriormente.

Ao assumir esta orientação, na estruturação dos currículos dos cursos destinados à formação do professor, a UEMT, até então responsável pela formação de pro-

fessores de matemática no Estado, produziu dois grandes problemas ainda não muito bem dimensionados, ainda hoje. O primeiro refere-se ao fato de que, em função do currículo destinado à habilitação de 1º grau de professores ser assaz generalista, poucos habilitados tinham interesse em continuar seus estudos até completar a licenciatura plena. Isto era motivado pela profunda diferenciação

entre os dois currículos. Na parte inicial, habilitação para a licenciatura de primeiro grau, o currículo era generalista, composto de disciplinas das grandes áreas

do conhecimento. De outro lado, a habilitação à licenciatura plena, ao pretender aprofundar os estudos em áreas específicas do saber, estabelecia disciplinas técnicas, para as quais os estudantes nunca estavam preparados.

O segundo problema é consequência do primeiro. Ao estabelecer tal separação entre os níveis de formação e ao proclamar como oportuno que, na falta de profissionais habilitados ao nível da licenciatura plena, aqueles com a habilitação de 1º grau poderiam atuar no 2º grau, isto influenciou negativamente na estruturação do magistério do Estado de Mato Grosso.

A Formação de Professores de Matemática

Particularmente, sobre a formação do professor de matemática havia um quadro muito confuso na instituição. Entretanto, relativamente ao período em análise, eram, basicamente, três formas de estruturação dos cursos: uma representada pela implantação do curso de licenciatura plena no Centro Pedagógico de Três Lagoas, no ano de 1970; outra foi a implantação da Habilitação Plena específica em Matemática nos cursos de Ciências, caminho seguido pelos Centros Pedagógicos de Corumbá e de Dourados; e, finalmente, a opção seguida pelo Centro Pedagógico de Aquidauana, que manteve apenas habilitação do professor de

Matemática ao nível do primeiro grau, em curso de Ciências.

Na seqüência analiso a forma como foram implantados tais cursos, avaliando, sobretudo, suas estruturas curriculares, o número de alunos formados, quando for o caso e a legislação que deu suporte a tais cursos.

A habilitação do professor de matemática oferecida no Centro Pedagógico de Corumbá

No ano de 1970, o Conselho Estadual de Educação autorizou o funcionamento do curso de Ciências, habilitação de 1º grau, a funcionar no Centro Pedagógico de Corumbá. Este curso tinha como finalidade habilitar professores para atuação no ensino de Ciências Físicas e Biológicas e de Matemática, de acordo com o currículo do ensino nas séries finais do ensino de 1º grau. Entretanto, no Centro pedagógico de Corumbá, incorporando o discurso corrente na época de que, na ausência de professores habilitados para o segundo grau, seria permitido contratar professores não habilitados, definiu-se como objetivo do curso a “formação de professores para o ensino de 1º grau, nas áreas de Ciências Naturais e Matemáticas, e para o 2º grau na falta de licenciados em curso de longa duração” (Baruki, 1972, p.30).

O currículo deste curso, com três anos para a integralização, era composto de três eixos: disciplinas que propiciavam uma formação geral e introdutória em Matemática, Física Geral e Experimental, Química e Biologia, com disciplinas que proporcionavam a formação pedagógica, tais como Psicologia da Educação, Didática, Elementos de Administração Escolar e disciplinas destinadas à prática pedagógica, na forma de prática de ensino de Ciências e de Matemática.

A semestralização do curso destinava, basicamente, os dois primeiros semestres às disciplinas de Matemática e Física; o 3º e o 4º semestres ao estudo da Biologia, Química e Zoologia; e os dois últimos semestres, majoritariamente, ao estudo das disciplinas pedagógicas e das práticas de ensino. Este era o currículo que vigorou até o ano de 1973.

A parte da Matemática, no currículo, era desdobrada nas seguintes disciplinas: Fundamentos de Matemática I, II e III; Desenho Geométrico e Geometria Descritiva I e II; Teoria dos Números I e II; Geometria e Trigonometria I e II; e Estatística I e II.

No ano de 1974, entretanto, houve uma reestruturação curricular dos cursos, sendo criadas as habilitações de 2º grau em Matemática e em Biologia. Deste modo, aos habilitados em Ciências era oferecida a possibilidade, caso pretendessem, de obter graduação em licenciatura plena nestas duas áreas³.

Assim, a formação do professor de Matemática tornou-se crítica. A habilitação em Ciências, aquela que efetivamente se realizava, foi reduzida a apenas dois anos. A carga horária total do curso, que antes era de 2.340 horas, foi reduzida para apenas 1.950 horas.

Nesta nova fase, a Matemática foi desdobrada nas seguintes disciplinas: Desenho Geométrico e Geometria Descritiva I e II; Fundamentos de Matemática I e II; Teoria dos números I e II; e Trigonometria I. Para

A formação do professor de Matemática tornou-se crítica. A habilitação em Ciências, aquela que efetivamente se realizava, foi reduzida a apenas dois anos.

se ter uma melhor visualização da redução de carga horária, basta observar que, antes da reestruturação curricular realizada no ano de 1974, o currículo para a habilitação em Ciências e Matemática de 1º grau era de 720 horas/aula, incluída aí a Práti-

³ Aqui encontra-se forte justificativa para a existência, hoje, na UFMS dos cursos de Licenciatura Plena em Matemática e em Biologia em todos os seus Campus.

ca de Ensino de Matemática. Após a reestruturação curricular, este número foi reduzido a apenas 420 horas/aula.

Conseqüentemente, o currículo destinado à habilitação complementar para a licenciatura plena em Matemática, com duração de dois anos, aos licenciados em Ciências (licenciatura curta) era composto por Cálculo Diferencial e Integral I e II; Matemática Aplicada I e II; Geometria I e II; Trigonometria II (a trigonometria I era ministrada no curso de Ciências); Estatística I e II; Álgebra III e IV; Análise Matemática I e II; disciplinas pedagógicas e Didática II; Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º grau; Prática de Ensino de Matemática; e, finalmente, Estudos dos Problemas Brasileiros II.

Constata-se, deste modo, a adesão institucional às orientações legais que orientavam a formação de professores. Neste período sobressai, portanto, a institucionalização de uma formação aligeirada, generalista. Três fatores demonstram, com clareza, o abandono da licenciatura plena pela instituição: separação abrupta entre os níveis de formação da licenciatura curta e da plena; discurso ambíguo anunciando a possibilidade de, na ausência de professores habilitados, outros de habilitação não própria poderem assumir as funções; e, fi-

No período compreendido entre os anos de 1972 e 1986 foram habilitados, no curso de Ciências, 221 professores na licenciatura de primeiro grau, enquanto 48 concluíram a habilitação plena em Matemática e outros 76 concluíram a habilitação plena em Biologia⁴.

A habilitação do professor de matemática no Centro Pedagógico de Três Lagoas

O Centro Pedagógico de Três Lagoas iniciou seu funcionamento no ano de 1970, oferecendo, dentre outras, a habilitação plena na formação do professor de Matemática. Este curso, no período compreendido entre 1970 e 1976, habilitou plenamente 96 professores. Este foi o primeiro curso de Licenciatura Plena em Matemática criado no Sul do então Estado de Mato Grosso.

Inicialmente, nos anos de 1970 e 1971, o tempo mínimo para a integralização da estrutura curricular era de quatro anos. Em função da adoção do chamado ciclo básico pela UEMT, o primeiro ano do curso era constituído, na maior parte, por disciplinas comuns a todos os cursos. Deste modo, no primeiro ano do curso de Matemática, durante os dois primeiros semes-

tres, os estudos se concentravam nas disciplinas: Introdução às Ciências Sociais, Evolução do Pensamento Filosófico, Introdução aos Estudos Superiores de Língua Portuguesa, História das Idéias

Políticas e Sociais, Introdução às Ciências Biológicas, Métodos e Técnicas de Pesquisa Social, História da Filosofia, Introdução à Matemática, Introdução à Psicologia, Cultura Brasileira e Estudos de Problemas Brasileiros.

No ano de 1971, entretanto, foi realizada a primeira mudança na estrutura

O Centro Pedagógico de Três Lagoas iniciou seu funcionamento no ano de 1970, oferecendo, dentre outras, a habilitação plena na formação do professor de Matemática.

nalmente, o número de formados na licenciatura curta, comparativamente aos formados na licenciatura plena. Sobre os dois primeiros problemas já foram apresentados, acima, argumentos para os demonstrar. No parágrafo seguinte pode-se constatar a comparação entre o número de formados na licenciatura curta e o da licenciatura plena.

⁴ Fonte: Secretaria Acadêmica do Campus de Corumbá da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

curricular do curso. A partir de então, as disciplinas de cultura geral tiveram uma significativa redução na carga horária, ficando, assim, limitadas ao primeiro semestre do curso.

No ano de 1972 realiza-se nova alteração curricular. Amplia-se novamente o número de horas aula das disciplinas de cultura geral, diminui-se o número de horas aula das disciplinas específicas e aumenta-se o número de horas aula de Psicologia da Educação e de Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º graus. Se, em 1971 o curso contava com uma carga horária de 2790 horas, em 1972 foi reduzido para 2330 horas. Assim, o tempo de integralização do curso passou a ser de três anos e meio.

Nos anos de 1973, 1974 e 1975, o curso ficou reduzido a três anos. Para isto, foi diminuída a carga horária das disciplinas específicas e mantida inalterada a carga horária das disciplinas de formação profissional e formação cultural. O curso passou a funcionar com uma média de 2400 horas aula naquele período. No ano de 1976 foi desativado, tendo habilitado, durante seu funcionamento, 102 professores na licenciatura plena.

A partir do ano de 1977, com a desativação da habilitação plena, optou-se pela implantação da habilitação de 1º grau em Ciências, seguindo o modelo já implantado em Corumbá.

O Centro Pedagógico de Três Lagoas, em função da existência do curso de Licenciatura Plena em Matemática, optou por uma combinação diferente daquela de Corumbá na organização do curso de Ciências. Naquele centro, o curso de Ciências foi organizado com dois anos e meio de duração, enquanto a habilitação plena em Matemática deveria ser realizada, complementarmente, em mais um ano e meio.

Da comparação entre as estruturas curriculares do curso de Licenciatura Ple-

na em Matemática - aquele extinto, o de Ciências e o da Habilitação Plena complementar em Matemática, pode-se observar que a idéia básica predominante na estruturação dos dois últimos foi preservar uma certa identidade com o currículo perdido. Deste modo, apesar de uma diminuição significativa da carga horária total

A partir de então (1975), as disciplinas de cultura geral tiveram uma significativa redução na carga horária, ficando, assim, limitadas ao primeiro semestre do curso.

destinada à habilitação do professor de Matemática, tanto em nível de primeiro como de 2º grau, o que prevaleceu, relativamente à Matemática, foi a organização de uma espécie de Licenciatura Plena em dois níveis. Esta observação pode ser ainda melhor avaliada ao constatar que, durante o funcionamento destes cursos, foram habilitados⁵ 78 profissionais na licenciatura de 1º grau e, por outro lado, 47 concluíram a habilitação plena em Matemática e 26 em Biologia.

A habilitação do professor de matemática no Centro Pedagógico de Dourados e Aquidauana

Nestes dois centros pedagógicos, a habilitação do professor de Matemática restringiu-se, até a federalização da UEMT, à licenciatura de 1º grau, os quais seguiram, basicamente, a mesma estrutura curricular adotada no Centro Pedagógico de Três Lagoas. Todavia, somente após a federalização da UEMT, foram abertas as habilitações de segundo grau em Matemática e Biologia.

Cumprir observar, entretanto, que o curso de Ciências do Centro Pedagógico de Dourados, durante seu funcionamento, habilitou 97 professores. E, por outro lado, 21 foram habilitados na licenciatura de 2º grau em Matemática e 36 em Biologia.

⁵ Dados da secretaria acadêmica do Campus de Três Lagoas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Pode-se perceber, assim, três tendências com relação à organização dos cursos de Ciências na UEMT: primeira, foi a organização, a partir deles, dos cursos de Licenciatura Plena em Biologia e Matemática, dada a contratação de professores destas áreas para ministrarem as disciplinas que compunham, de forma majoritária, o currículo do curso de Ciências; segunda, relativamente à Matemática, a orientação de Corumbá era mais generalista, no sentido de que as disciplinas que compunham a estrutura curricular do curso de Ciências eram, na maioria, de fundamentos da Matemática; terceira, a orientação de Três Lagoas, nesta via, procede ao enquadramento do curso de Ciências como uma verdadeira iniciação à habilitação plena, muito embora ele também tivesse caráter terminal.

Do ponto de vista institucional, a criação dos cursos de Ciências influenciou a organização dos Departamentos de Ciências, de Matemática e de Biologia.

No ano de 1979, com a divisão do estado de Mato Grosso e a conseqüente criação do Estado de Mato Grosso do Sul, efetivou-se também a federalização da UEMT, passando a funcionar a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Com isto, de certo modo, a instituição ganha um grau maior de autonomia. Relativamente às licenciaturas, percebe-se dois movimentos que contribuíram na sua reestruturação. Do ponto de vista externo, decorrente do processo de desgaste da ditadura, ampliou-se a pressão dos educadores brasileiros contra o modelo de formação de professores vigente até então. Do ponto de vista interno à instituição, pode-se constatar um vigoroso processo de abandono das licenciaturas curtas, passando a predominar a licenciatura plena. Outro fenômeno, não menos interessante, foi a implantação de cursos de licenciatura no campus da cidade de Campo Grande.

Conclusão

A formação do professor de Matemática, no sul do Estado de Mato Grosso, teve seus primeiros passos no ano de 1970, nos Institutos Superiores de Corumbá e de Três

Lagoas, no centro do processo de implantação da Universidade Estadual de Mato Grosso.

Este processo ocorreu sob forte influência do processo de reforma do ensino superior, no bojo da ditadura militar. Esta formação foi estruturada, ainda, segundo orientação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1971, constatando-se a existência de dupla orientação.

A primeira é a imposição de um tecnicismo degradante na formação do professor, implicando, deste modo, numa formação assaz generalista, aligeirada e fortemente vigiada pelos olhos da burocracia militar. São constantes as modificações nas estruturas curriculares dos cursos, visando acompanhar as mudanças na legislação sobre a formação do professor. O discurso sobre a necessidade de se formar professores, em grande quantidade, para suprir a necessidade de profissionais qualificados, era surdo aos reclames de professores e alunos que lutavam por democracia e qualidade na formação.

O outro discurso que versa sobre a necessidade de implantação do ensino superior, no sul do Mato Grosso, como forma de garantir a permanência dos “filhos da terra” nas pequenas cidades, era o eco do discurso de interiorização do ensino superior, porém controlado e vigiado de cima. Na contramão deste discurso, muitos atores, por aqui, lutaram por ensino público, por democracia e por uma formação para além da régua de cálculo do tecnicismo. Estas vozes ainda aguardam, por certo, uma acolhida na escrita da história do ensino superior no sul do Mato Grosso.

Na segunda orientação, acontecida no plano interno, percebe-se duas vertentes na formação do professor de Matemática: Uma foi seguida pelo Centro Pedagógico de Três Lagoas, o qual estruturou esta formação, inicialmente, com a licenciatura plena. Esta modalidade habilitou 102 professores, até ser desativada e substituída pela implantação da licenciatura de primeiro grau em Ciências. Após este período, a licenciatura em Ciências passou a ser tratada como um curso básico, de passagem, para a licenciatura plena em Matemática ou em Biologia, muito embora, apenas cerca de

21% dos concluintes da licenciatura curta tenham concluído a licenciatura plena em Matemática. Apenas cerca de outros 36% concluíram a licenciatura plena em Biologia.

Pela outra vertente, seguida nos demais Centros, a formação do professor de Mate-

mática foi estruturada no interior dos cursos de Ciências, com habilitação em primeiro grau. A habilitação do professor para o ensino médio era estruturada na seqüência da licenciatura curta. Alguns destes cursos funcionaram até meados dos anos oitenta.

BIBLIOGRAFIA

ABRÃO, José Carlos. Algumas questões que marcaram a implantação do curso de pedagogia no Centro Universitário de Dourados. *Revista Científica e Cultural*. Campo Grande-MS: UFMS, V. 6 (nº especial), S/d.

ALVES, Gilberto Luiz. O reexame de currículo no CPC: seu contexto e suas perspectivas, *Revista Dimensão*. Corumbá: UEMT, 4 (4), mar. 1975a.

ALVES, Gilberto Luiz. Pela integração da estrutura acadêmica da UFMT. *Revista Dimensão*. Corumbá: Centro Pedagógico de Corumbá, UEMT, 5 (5), 1975b.

BARUKI, Salomão. A nossa estrutura. *Revista Dimensão*. Corumbá: Centro Pedagógico de Corumbá, UEMT, Ano II, novembro 1972.

BRAGA, Mauro Mendes. A licenciatura no Brasil: um breve histórico sobre o período 1973-1987. *Revista Ciência e Cultura*. Brasília, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, nº 40 (2), fevereiro de 1988.

CUNHA, Luiz Antonio. *A universidade reformada*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

FALLEIROS, Alcides J. & MARIANI, Sueli L. A UEMT – um audacioso sonho bem sucedido. *Revista Veredas*. Três Lagoas: Centro Pedagógico de Três Lagoas, UEMT, 1(1), 1976.

MAYMONE, Hércules. *Da farmácia e odontologia à Universidade*. Campo Grande, MS: UFMS/Núcleo de Imprensa Universitária, 1989.

PAULA, Milton José de. Universidade Estadual de Mato Grosso Centro Pedagógico de Dourados. *Revista Textos*. Dourados: Centro Pedagógico de Dourados, UEMT, 1 (1), jan. de 1975.

SARMENTO, Diva Chaves. A Universidade Brasileira. *Revista Educação Brasileira*. Brasília: 13 (26):129-145, 1º semestre de 1991.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA. Sugestões para a formação de professores da área científica para as escolas de 1º e 2º graus. *Revista Ciência e Cultura*, 33 (3), março de 1981. pp. 369-377.